

Acho que já soube, mas agora já não sei':
A substituição da História da Real Fábrica das
Sedas e as Anexas (1734-2025)

“I think that I thought I knew, but now I don't
know”: the substitution of *Real Fábrica das Sedas*
e as Anexas' History (1734-2025)

Pedro Teixeira

Pedro Teixeira

Universidade de Coimbra – Centro de História da Sociedade e da Cultura / Brown
University - Portuguese and Brazilian Studies
ORCID: 0000-0002-9993-5628

ACHO QUE JÁ SOUBE, MAS AGORA JÁ NÃO SEI: A SUBSTITUIÇÃO DA HISTÓRIA DA REAL FÁBRICA DAS SEDAS E AS ANEXAS (1734-2025)

O artigo examina o presente e o passado da Real Fábrica das Sedas e as Anexas. Localizada na Rua da Escola Politécnica, na cidade de Lisboa, a RFSA foi uma das mais importantes fábricas de cerâmica do reino de Portugal, exportando para o Império português. Desenvolvida a mando de D. João V em 1734, conheceu sucessivas fases de expansão e retração, sendo incorporada à coroa por D. José I e privatizada durante o reinado de D. Maria I. Em 1833 a RFSA foi à falência, os seus bens foram penhorados e o seu prédio foi ocupado. Debruçando sobre a sua história, procuro entender como o complexo é atualmente entendido pelos lojistas que atuam na sua carcaça. Argumenta-se que a história factual da RFSA – que abarca monarcas, industrialistas e alvarás régios – foi substituída por uma série de micronarrativas que produzem versões alternativas da história do complexo, impregnadas por desinformação sobre a RFSA. Visando comprovar a perspectiva, utilizarei fontes históricas que retratam a criação e a importância da RFSA – contrastando com a metodologia de trabalho de campo e observação participante, procurando conviver com os trabalhadores e observar como o grupo se relaciona com a RFSA. Congregando métodos oriundos da História e da Antropologia, é possível observar uma separação entre a história produzida pelos académicos e a conhecida pela população e pela Câmara Municipal de Lisboa. Numa primeira parte do estudo, procuro desenvolver a história da RFSA, sublinhando a sua importância. Na parte seguinte, procuro promover um contraste com o presente estado do imóvel e da memória da RFSA, caracterizada pelo abandono e pela sobreposição de narrativas. Concluo explorando ações que a população e a Câmara Municipal de Lisboa podem tomar para valorizar o Património Industrial de um dos mais importantes centros manufatureiros da cidade.

Palavras-chave: Antropologia Histórica; Real Fábrica das Sedas e as Anexas; Património Industrial; Micro-narrativas; Lisboa.

“I THINK THAT I THOUGHT I KNEW, BUT NOW I DON’T KNOW”: THE SUBSTITUTION OF REAL FÁBRICA DAS SEDAS E AS ANEXAS’ HISTORY (1734-2025)

The article examines the past and present of the “Real Fábrica das Sedas e as Anexas”. Situated in the Street of Escola Politécnica, in the city of Lisbon, the RFSA was one of the most important ceramic factories in the Kingdom of Portugal, with business and exports throughout the Portuguese Empire. Developed at the behest of King João V in 1734, it underwent successive phases of expansion and contraction, being incorporated into the crown by King José I and privatized during the reign of Queen Maria I. It went bankrupt in 1833, when its assets were seized and its building occupied. I aim to understand how the local community perceives the complex and its remnants. I contend that the factual History of the RFSA – marked by monarchs, royal charters, and industrialists – was replaced by a series of multiple micro-narratives, which have created alternative histories of the complex. I intend to prove my argument by utilizing both historiographic sources and participant observation. To prove this perspective, I will contrast sources that recount the founding of the RFSA with fieldwork notes about the daily reality of the current RFSA. Combining methods derived from History and Anthropology, it is possible to observe a rift between the institution’s history, studied by academics, and the one known by the community and the Lisbon City Council. In the first part of the study, I seek to develop the history of the RFSA, emphasizing its importance. In the following part, I will contrast the past with the current state of the building and the memory of the RFSA, characterized by neglect and the micro-narratives. I conclude by exploring actions that both the population and Lisbon City Council can take to value the industrial patrimony.

Keywords: Anthropological History; Real Fábrica das Sedas e as Anexas; Industrial Patrimony; micro-narratives; Lisbon.

JE PENSE QUE J’AI SU, MAIS MAINTENANT JE NE SAURAI PLUS». LE REMPLACEMENT DE L’HISTOIRE DE LA REAL FÁBRICA DAS SEDAS E AS ANEXAS (1734-2015)

Cet article examine le présent et le passé de la “Real Fábrica das Sedas e das Anexas”. Située dans la rue de l’École polytechnique, à Lisbonne, la RFSA était l’une des plus importantes manufactures de céramique du royaume portugaise, avec des exportations dans tout l’Empire portugais. Développée à la demande de D. João V en 1734, elle a connu des phases successives d’expansion et de rétraction, avant d’être incorporée à la couronne par D. José I et privatisée sous le règne de D. Maria I. Jusqu’à sa liquidation en 1833 quand ses biens ont été saisis et son bâtiment occupé. Je cherche à comprendre comment le complexe est actuellement perçu par les commerçants qui occupent le bâtiment. Je postule que l’histoire factuelle de la RFSA a été remplacée par une série de “petits-témoignages” qui produisent des versions alternatives de l’histoire du complexe, imprégnées de désinformation sur la RFSA. Afin de vérifier cette perspective, j’utiliserai des documents qui retracent la fondation de la RFSA et son importance, en contraste avec la méthodologie de l’observation participante, c’est-à-dire la participation du chercheur à la réalité quotidienne qu’il décrit. En combinant des méthodes issues de l’Histoire et de l’Anthropologie, il est possible d’observer une séparation entre l’histoire étudiée par les universitaires et celle connue par la population et la mairie de Lisbonne. Dans la première partie de l’étude, je cherche à développer l’histoire de la RFSA, en soulignant son importance. Dans la partie suivante, je cherche à mettre en contraste l’état actuel du bâtiment et la mémoire de la RFSA, caractérisée par l’abandon et la superposition de récits. Je conclus en explorant les actions que la population et la mairie de Lisbonne peuvent entreprendre pour valoriser le patrimoine industriel de l’un des plus importants centres manufacturiers de la ville.

Mots-clés : Anthropologie Historique; Real Fábrica das Sedas e as Anexas; Patrimoine Industriel; petites-témoignages; Lisbonne.

Introdução

Contexto Histórico

Localizado entre os números 219 e 271 na Rua da Escola Politécnica e no Largo do Rato entre os números 7 e 7-C, um gigante complexo se destaca na cidade de Lisboa. O prédio, classificado como “Imóvel de Interesse Público” desde 2002 pelo decreto número 5/2002, DR, 1.^a Série-B, é composto por lojas que compartilham um estilo arquitetónico que destoa dos demais imóveis.¹ Esse aspeto curioso é ignorado pelos turistas, trabalhadores e habitantes do local, entretanto é um dos poucos vestígios físicos da Real Fábrica das Sedas e as Anexas (RFSa). Fundada em 1734 e com a sede construída em 1741, a RFSa foi uma das mais prestigiadas fábricas dos séculos XVIII e XIX, manufaturando objetos de luxo para Portugal e para o Império. O *Dicionário da Cidade de Lisboa* define o edifício “em L, de 114m de comprimento, dois pisos ritmados por 14 janelas em cada piso, com frontão central, no qual sobressaem as armas reais de D. José” (Santana e Sucena, 1994, p. 372.). Sob proteção da monarquia portuguesa, o complexo ajudou a povoar a região do Largo do Rato. A influência do complexo é tamanha que o nome anterior da rua era “Rua Direita da Fábrica das Sedas”. Hoje, a região é uma das áreas nobres de Lisboa. Entretanto, a sumptuosidade do passado é contrastada pelo desconhecimento dos peões da região e das autoridades públicas sobre o prédio e a sua história. Dentre os habitantes da região está Maria, uma senhora que trabalha como revendedora de jornais no local há 30 anos. Perguntada se conhecia o complexo, respondeu que “Acho que já soube, mas agora já não sei”.

Estado da Arte

A Real Fábrica das Sedas e as Anexas é uma instituição estudada desde antes da sua fundação. Dez anos antes da RFSa, o padre Rafael Bluteau publicou a obra *Instrução sobre a cultura das amoreiras e a criação dos bichos-da-seda* (1724), suportando o ímpeto manufatureiro da seda em Portugal. No século seguinte, com o estabelecimento do complexo, as obras procuravam caracterizar o complexo como um marco do mundo económico lusitano, como em *Noções Históricas, Económicas e Administrativas sobre a Produção e Manufatura das Sedas em Portugal, e particularmente sobre a Real Fábrica do subúrbio e suas anexas* (1827). Após a falência da RFSa, obras procuravam valorizar o seu valor artístico, como o catálogo *The Art of Portugal*, de Robert Smith (1967) e *Oito séculos de Arte Portuguesa: História e Espírito* (1970) de Reinaldo dos Santos. Trabalhos de natureza historiográfica se debruçavam sobre o passado histórico do complexo e a sua importância para a cidade de Lisboa, como o capítulo de Jorge Custódio no *Dicionário da História de Lisboa* (1994). A virada para o século XXI seria marcada pela exploração de novas temáticas ligadas ao complexo, ao mesmo tempo que intensificando as pesquisas do século passado, como a obra *O Brasil como destino da cerâmica da Real Fábrica de*

¹ <https://data.dre.pt/eli/dec/5/2002/02/19/p/dre/pt/html>.

Louça (2007) de J. P. Monteiro. A tendência seria acompanhada pelo aumento da valorização dos espólios da RFSA, como a exposição de arte *Estudos de História da Cerâmica* (2004). Recentemente, as obras historiográficas e museológicas procuraram divulgar a RFSA para o público não especializado. Destaca-se o catálogo de exposição *Um Novo Padrão: A real Fábrica-Escola de Louça do Rato* (2017), organizada por António Celso Mangucci, e o artigo disponível “online” de João de Almeida Barata, *Real Fábrica das Sedas* (2024).

Objetivos

O curto, mas cronologicamente extenso, estado da arte é monopolizado por historiadores, historiadores da arte e museólogos que visam compreender o passado do complexo e preservar o seu espólio. Entretanto, há uma ausência de estudos antropológicos que podem desvendar como esse histórico colosso arquitetónico é entendido na atualidade, contribuindo para o cruzamento entre as perspetivas histórica e museológica. O artigo visa observar as relações que o complexo e a sua história possuem com os trabalhadores que utilizam a sua carcaça no presente. Utilizando métodos historiográficos, a metodologia de observação-participante e as visitas de campo feitas nos meses de abril, maio e junho do ano de 2025, argumento que houve uma substituição da história factual do complexo por micronarrativas que promovem interpretações alternativas sobre o passado da RFSA e, como consequência, desvalorizam o património industrial. A noção de “substituição da história” a qual me refiro deriva da obra *Les Lieux de Mémoire* do historiador francês Pierre Norra. O historiador observa como os espaços possuem, no subconsciente de uma sociedade, a capacidade de evocar a história a ele atrelados (Norra, 1998). Entretanto, como apontado por Henri Lefebvre em *The Production of Space*, o espaço público está em constante mutação e adaptação – a história atrelada ao local é constantemente reconstruída pelos grupos que o habitam (Lefebvre, 1991). Assim, o termo “substituição da história” é empregue para explicar esse processo de transformação do objeto/local e da história a ele atrelado pelos diferentes grupos que habitam o espaço.

Metodologia

Visando comprovar esse argumento, utilizarei as minhas anotações de campo aos estabelecimentos protegidos pela Câmara Municipal de Lisboa.² Foram selecionados 23 lojistas, trabalhadores de todos os estabelecimentos entre os números 219 e 271 da Rua da Escola Politécnica e os números 7 a 7-C do Largo do Rato, vulgo os lugares protegidos pela Câmara Municipal de Lisboa. Apenas Carlos, Rosângela e Sebastião trabalham em estabelecimentos fora dessa região. Seus testemunhos são pertinentes pois os dois primeiros se disponibilizaram para serem meus guias na região. Sebastião, por sua vez, foi descrito como um tradicional “lisboeta do rato” por Carlos e Rosângela.

² O método de Observação-Participante foi popularizado por Bronislaw Malinowski em *Argonautas do Pacífico Ocidental* (1922). O método é pautado pela interação do Antropólogo com o quotidiano da comunidade estudada.

Da amostra selecionada, metade se identificou no sexo masculino e metade do sexo feminino. Ademais, cerca de 19 eram de nacionalidade portuguesa, 1 era luso-brasileiro, 2 eram oriundas do Brasil e 1 do Bangladesh. Do grupo, 22 dessas pessoas se identificavam como brancos e 1 como negro. As perguntas que lhes foram feitas foram: 1 – “O que era isso aqui antes do estabelecimento atual?”; 2 – “havia uma Fábrica no local?”; 3 – “A Fábrica era anterior ou posterior ao terramoto?”; 4 – “O que a fábrica produzia?”; 5 – “O que é faiança?”; 6 – “Conhece um italiano chamado Tomás Brunetto? Ou um francês chamado Roberto Godin? Ou um português com o título de Marquês de Pombal?”; 7 – “Existia alguma diferença entre a Fábrica das sedas e das Loiças?”; 8 – “Sabe se a Fábrica possuía trabalhadores? (Se sim, onde moravam?)”; 9 – “Você sente que a história desse lugar é contada para as pessoas?”; 10 – “Você acha que o valor histórico do edifício está protegido?”. Essas perguntas foram escolhidas para refletir sobre a ancestralidade do prédio e se conseguiam lembrar aspetos relevantes do passado – esperando que falassem sobre a RFSA. A primeira pergunta foi empregue para familiarizar o entrevistado, enquanto o grupo composto pelas três seguintes procuram introduzir, indiretamente, a RFSA na entrevista. Da quarta até a oitava questão formam um bloco focado na materialidade e na história factual da RFSA. As últimas duas perguntas obrigam o entrevistado a refletir sobre o papel do complexo no presente e se sua história é conhecida e protegida. As entrevistas ocorreram durante os horários de funcionamento dos estabelecimentos. Em resumo, me direcionei ao estabelecimento, consumi os produtos dos locais e procurei entender a história do complexo, anotando as respostas e compilando as informações. Para efeitos de privacidade, os nomes dos entrevistados foram substituídos por alcunhas, descrições dos ofícios e uma pequena descrição da nacionalidade e da idade. A exceção foram os donos do restaurante *A Chilena*, que requisitaram que fossem identificados. Ademais, os estabelecimentos são nomeados conforme as suas funções, logo, *A Chilena*, por exemplo, seria referido como “restaurante”.

A primeira parte do estudo será dedicada a explicar o passado histórico do complexo. Num segundo momento analisarei o presente estado da carcaça da RFSA e as micronarrativas que “assombram” o complexo. Pretende-se entender as causas do esquecimento e da suplantação da memória do complexo, de forma a compreender como é possível resgatar – ou transformar – a história do edifício. Conjugando História com Antropologia, espera-se revitalizar a memória e a história da Real Fábrica das Sedas e Anexas, um complexo crucial para a história e o desenvolvimento da região e da cidade de Lisboa.

Enquanto preparava esse artigo, as areias do tempo não pararam na RFSA. Turistas a alugar quartos no verão, mudanças de lojistas no final do semestre e o fechamento de lojas em agosto são provas da rotatividade económica no complexo e na região. Além das mudanças sazonais, houve o fechamento do alfarrabista *Cão Grande*, a abertura do restaurante *Real Pérola by Olivier* e do estabelecimento *Paris Sete*. A primeira é uma lástima para a localidade, sendo um estabelecimento tradicional que prestava um serviço importante para a comunidade. Para as suas funcionárias, o meu agradecimento. A abertura do restaurante e da loja, por sua vez, oferece o risco de tornar “ultrapassada” a investigação. Afirmo isso pois não consegui recolher dados desses estabelecimentos e nem de novos lojistas. Essas mudanças no complexo podem agregar novas informações ao estudo e mesmo oferecer novas pistas para a situação atual da RFSA. Entretanto, como veremos, a suplantação de memória e a ignorância – no sentido de “ignorar”, de não conhecer –

em relação à RFSA é algo que ultrapassa o tempo e as modificações recentes. O âmbito desse estudo é entender o problema da falta de conhecimento sobre o passado do complexo e o seu papel no presente; as mudanças geográficas no local são sintomas de uma doença da ignorância.

A “Real” História da (Real) Fábrica das Sedas e as Anexas (1734-1897)

A história da Real Fábrica das Sedas e as Anexas enquadra-se no reinado de D. João V (r. 1707-1750). O monarca promoveu isenções fiscais e legais que protegiam os estabelecimentos manufatureiros (Barata, 2024). Outra forma de promover as manufaturas foi o enobrecimento do significado do próprio conceito de “manufatura” – o *Vocabulário Portuguez e Latino*, do Padre Rafael Bluteau, afirma que as manufaturas e fábricas eram “edifício nobre, casa onde se trabalham e fabricão panos, sedas e outras manufaturas” (Bluteau, 1712, p. 590). A coroa procurou associar os produtos e o estabelecimento manufatureiro com o conceito “nobre”. Inserida nesse contexto de valorização da ideia de “manufatura” está a criação da RFSA. Relata-nos a *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*:

“A fabrica da seda, situada em hum grande edificio [...] estabelecida por Roberto Godim se trabalha com tanta perfeição, que fazem as mais delicadas, e vitosas sedas, e todo o gênero de telas, ou tessus, e estofos de ouro, e prata, que não cedem aos de Leão. Foy esta fabrica modernamente e introduza pelo Cardeal da Mota, a quem ElRey encarregou o seu estabelecimento [...] justamente benemérito da especial mercê, com que ElRey o honra, servindo-se muito do seu préstimo.” (Sousa, 1741, p. 259-260)

O enobrecimento do ímpeto manufatureiro está em voga no excerto. A menção do complexo na obra é relevante, dado que o objetivo da *História Genealógica* era retratar as principais obras e feitos dos monarcas portugueses – o *Vocabulário* e a *História Genealógica* são obras com o intuito de serem lidas pelos súbditos do “Magnânimo” e pelas gerações futuras, para que elas admirassem o período em questão. Logo, a passagem procura argumentar que a RFSA constitui um dos grandes feitos do reinado de D. João V e para as gerações futuras, numa obra de caráter histórico e propagandista. Ademais, o enobrecimento descrito por Bluteau está igualmente presente no texto de Sousa, com a ideia de “nobreza” representada pelo edifício, pelos produtos e pelos personagens fundacionais. Além desse conceito, também estão atreladas as ideias de “perfeição”, “modernidade” e “grande” à RFSA.

A *História Genealógica* informa-nos de três personagens cruciais para a organização do complexo: O Cardeal da Mota, encarregado do estabelecimento da fábrica; Roberto Godim, especialista francês radicado em Praga e convidado em 1727 pelo Conde de Tarouca e o Padre Thomas da Silva para estabelecer a Fábrica, e o Rei D. João V, que isentou a instituição de impostos durante os seus anos fundacionais (Santana e Sucena, 1994, p. 372).

Inicialmente chamada “Fábrica das Sedas”, o complexo era uma sociedade de capital privado presidida por Godin. Estabelecida em 1741 no edifício construído na Rua da Escola Politécnica, o primeiro momento da instituição é marcado pelo assentamento no

comércio português com a compra da seda de Bragança e de Lamego, a exportação para Macau e a introdução de 91 teares (Santana e Sucena, 1994, p. 372 e Soura, 2006, p. 282). Sete anos depois do seu estabelecimento, entretanto, Godin e os investidores entram numa disputa que gerou uma crise financeira e, eventualmente, a falência da fábrica.

Durante os anos iniciais do reinado de D. José I (r. 1750–1777), a coroa adquiriu a Fábrica das Sedas. Exposta no diploma legislativo de 20 de fevereiro de 1752, a compra teve o intuito de “fomentar a criação do bicho-da-seda e [...] à manutenção da Fábrica das Sedas, cujo projecto de reestruturação lhe estava em mente” (Duarte, Gonçalves e Góis, 2023, p. 117). O complexo recebeu o estatuto de “Real”, demarcando a tutela régia e o prestígio de ser associada à coroa. Além disso, a RFSA foi reestruturada em 1757, seguindo o *Regimento Secretíssimo da Real Fábrica das Sedas*. São criadas as chamadas “70 casas do bairro dos Fabricantes do Rato e das Amoreiras”, responsáveis por abrigar os trabalhadores do complexo (Santana e Sucena, 1994, p. 373). Ademais, criaram-se Fábricas Anexas para manufaturarem outros produtos, igualmente sob a proteção régia. Segundo Duarte, Gonçalves e Góis, existiam cerca de 10 Fábricas Anexas no ano de 1769: cutelaria, pentes de marfim, relojoaria, serralharia, botões, caixas de cartão e verniz, fundição de metais, louça, chapéus e limas (Duarte, Gonçalves e Góis, 2023, p. 117). Concomitante à expansão, criou-se a Real Escola Manufatureira, projeto que visava a formação de aprendizes, de mão de obra especializada em louça. Segundo a exposição *Um Novo Padrão A Fábrica-Escola de Louça do Rato*, em 1772 a Real Escola possuía 59 alunos (Mangucci, Cardoso, Lopes, Et Al., 2017).

A ascensão de D. Maria I (r. 1777-1792) marcou um revês no processo de incorporação do complexo pela coroa. No início do seu reinado houve a privatização da RFSA, ainda que se tenha mantido o estatuto de “Real” para a Fábrica (Santana e Sucena, 1994, p. 374). A medida de privatização, entretanto, foi rapidamente modificada e no ano de 1788 o complexo foi entregue para a Real Junta do Comércio, Agricultura, Navegação e Fábricas, que tentou restabelecer o lucro da manufatura (Santana e Sucena, 1994, p. 374). Entretanto, as consequências do processo de privatização seriam sentidas durante o resto do funcionamento da RFSA, tal como a polarização política dos acionistas – apoiantes do Liberalismo ou do Antigo Regime – que instaurou uma contenda permanente entre os dirigentes do complexo.

A Revolução Liberal de 1820 intensificou o declínio do complexo. Incorporadas nos bens do Estado, as manufaturas foram transferidas para a Fábrica Nacional das Sedas (Santana e Sucena, 1994, p. 374 e Sousa, 2006, p. 138). Durante os últimos momentos da RFSA, a direção foi extinta por um decreto-lei no dia 6 de agosto de 1833, enquanto os bens da manufatura e o prédio em que operava foram liquidados no dia 27 de julho de 1833 (Santana e Sucena, 1994, p. 344 e Barata, 2024). Depois de quase um século de operação no Largo do Rato, entre o capital privado, a Coroa Portuguesa e o Estado Português, a Real Fábrica das Sedas e Anexos fechou, permanentemente, as suas portas.

Existem escassos relatos sobre o que ocorreu com os bens da RFSA e o seu prédio após a falência. Os materiais e os teares foram adquiridos por uma sociedade composta pelo Barão das Picoas, Manuel Emídio da Silva, que desenvolveram uma Fábrica Privada na atual praça das Amoreiras, projeto que fechou às portas cerca de 20 anos depois (Santana e Sucena, 1994, p. 374). A carcaça foi utilizada no ano de 1865 pela Firma Cordeiro &

Irmão e, posteriormente, pela Fábrica de Narciso Pedro Rebello (Santana e Sucena, 1994, p. 374). No dia 1 de agosto de 1897, o prédio sofreu um incêndio que destruiu o seu interior. O complexo voltou a ser revalorizado em 2002, quando o Decreto número 5, aprovado no Conselho de Ministros e referendado pelo Primeiro-Ministro António Manuel de Oliveira Guterres, transformou o complexo em “imóvel de interesse público”.

O incêndio marca o ponto final na cronologia sobre o passado da RFSA. A reconfiguração causada pelo fogo “purificou” o complexo e contribuiu para a redefinição geográfica da RFSA, algo observado em 2025. Por sua vez, a proteção do complexo em 2002 é indicativa da vontade do Estado Português de valorizar o seu passado. A herança deixada pelo passado e como o presente a entende são as chaves para entender a atualidade da instituição.

Sob a Carcaça dos Antepassados: as micronarrativas e a sobreposição da História da Real Fábrica das Sedas e as Anexas

Os conceitos de “memória” e “património” são cruciais para compreender o estado atual da RFSA. O aumento exponencial de estudos interdisciplinares dessas áreas foi observado por Viejo-Rose. Seguindo a perspectiva dos conceitos utilizados por pesquisadores, Viejo-Rose observou a relação dos dois conceitos na psicologia cognitiva, neurociência e biologia, além pela sobreposição de temas entre os estudos de património e os de memória (Viejo-Rose, 2015, p. 3). Hilary Orange, em *Reanimating Industrial Spaces*, observa como a memória em relação à espaços industriais podem ser entendidos como um processo cognitivo, informado pela interação entre indivíduos e os materiais industriais (Orange, 2015, p. 17). Além da relação entre os dois conceitos, estudos sobre a criação de falsas memórias são igualmente pertinentes para entender o complexo. Nesse caso, a contribuição de Laney e Loftus na *Cambridge handbook of forensic psychology* permite uma visão interessante sobre a maneira como o fenómeno de falsas memórias ocorre. Segundo o Laney e Loftus, a memória é uma construção, na qual os eventos originais são reinterpretados e formam uma nova memória (Laney e Loftus, 2010, p. 187). Combinando essas abordagens, é possível observar como aspetos da cultura material e o complexo influenciam na reinterpretação do passado e na construção de uma memória, relacionada com o passado e influenciada pela sociedade e pelo presente. Entretanto, graças à subjetividade do processo, as memórias podem ser tendenciosas ou mesmo falsas, organizadas para justificar ou conformar-se com uma narrativa. Esse processo de produção de falsas memórias a partir da interpretação de resquícios da cultura material e do complexo é o que ocorre na RFSA.

A RFSA e o seu passado são pautados por dois aspetos. O primeiro é a sua importância económica para a coroa, que promoveu e apoiou a criação do complexo. O segundo foi sua presença na Rua da Escola Politécnica e no Largo do Rato, espaços que moldou durante cerca de um século. Comparado com o seu passado, a Real Fábrica das Sedas e as Anexas é, na atualidade, fantasma que assombra o espaço. A RFSA enquadra-se na definição de “património industrial” do Comité Internacional para a Conservação do Património Industrial (TICCIH), que o define como “vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetónico ou científico”. O complexo,

además, possui os chamados “valores intrínsecos” do próprio local, vulgo o valor histórico tanto para a região quanto para os seus habitantes (TICCIH, 2003). A RFSA, o “edifício em L” que se refere o *Dicionário da História de Lisboa* (visível nas imagens 1 e 2), mantém a sua integridade e está bem preservado, conforme as diretrizes do TICCIH e seguindo o status de “Imóvel de Interesse Público” pela Câmara Municipal de Lisboa. É possível que a proteção desse espaço em particular tenha sido motivada pelo antigo nome da rua – “Rua Direita da Fábrica das Sedas”, uma medida que aponta para um conhecimento histórico da instituição e a necessidade de balancear a proteção histórica com o desenvolvimento econômico. Entretanto, um olhar mais atento à conjuntura permite constatar as limitações da proteção da Câmara Municipal de Lisboa.

Imagem 1 – O prédio da Real Fábrica das Sedas e as Anexas, a Rua da Escola do Politécnico (azul), e o Largo do Rato (vermelho). Fonte: Adaptado de Mapcarta, 2025.



Imagem 2 – Região do Largo do Rato. Na frente, a carcaça da Real Fábrica das Sedas e as Anexas. Fonte: Autor, 2025.



A proteção estende-se somente para os números que abarcavam à RFSA no século XVIII. Isso significa que não correspondem à geografia atual da RFSA, vulgo os estabelecimentos e os imóveis que carregam a herança do complexo. As lojas “anexas” à RFSA não estão entre os números 219 e 271 na Rua da Escola Politécnica ou 7 e 7-C do Largo do Rato, mas fazem parte da geografia atual do complexo – redefinida pela passagem do tempo e por eventos como o incêndio de 1897. O estacionamento ao lado da instituição – cuja fachada foi depredada, algo que desrespeita o ponto 5 das recomendações do TICCIH (TICCIH, 2003) – possivelmente não fazia parte da RFSA, seguindo a interpretação da Câmara Municipal de Lisboa. Entretanto, adentrando o local, é possível observar as paredes laterais da fábrica, com – provavelmente – azulejos que o complexo produzia, como demonstra a imagem 3. Ademais, o interior do estacionamento corresponde ao interior da RFSA, pelo facto de que ser os fundos de outros estabelecimentos protegidos pelo estatuto. Agora completamente pavimentado. O estacionamento não fazia parte do complexo do século XVIII (ainda que partes dele fizessem), mas o estabelecimento faz parte do seu legado no século XXI.

Imagem 3 – parede do atual estacionamento e da antiga RFSA, onde é possível ver resquícios de azulejos, provavelmente, produzidos pelo complexo. Fonte: Autor, 2025.



A expansão do espaço da RFSA também ocorre no Largo do Rato. Quando informados sobre a existência da RFSA e a dimensão do complexo, os donos do estabelecimento

A Chilena, Carlos e Rosângela – ele português com cerca de 60 anos e ela brasileira com cerca de 50 –, teorizaram que o seu restaurante fazia parte da instituição. Eles postularam que, como o local é vizinho de um arco que se estende até o interior (local que eles assumiram que fez parte da plantação das amoreiras), o seu estabelecimento – e toda a região do Largo do Rato, como consequência – fazia parte da RFSA. Essa hipótese aumenta a dimensão do complexo, mas carece de evidências históricas e não está de acordo com os endereços delimitados pela Câmara Municipal de Lisboa. Da mesma forma como a RFSA se expande na mente dos lojistas, ela pode se contrair. Quando consultado sobre a pertença do seu restaurante na RFSA, Manuel – português de 55 anos – afirmou categoricamente que não, dado que, segundo ele, o complexo “termina” na loja anterior. Entretanto, o estabelecimento está abarcado na delimitação da Câmara Municipal de Lisboa.

As disputas que emergem da indefinição do prédio da RFSA dão-nos uma conclusão importante: a Real Fábrica das Sedas e das Louças e as Anexas tornou-se um aspeto amorfo, que se alarga além – ou se contrai aquém – dos limites físicos do projeto de Godin. Ademais, é possível observar que a memória da RFSA não corresponde à geografia atual do prédio e nem dos números delimitados pela Câmara Municipal de Lisboa – é património de toda a região. A nebulosa geografia da RFSA pode estar relacionada com a antiga denominação da rua, dado que foi dado em sua homenagem. Houve uma junção da RFSA com a rua na memória popular? Nenhum dos entrevistados mencionou o antigo nome da rua – a relação entre a toponímia e a memória não estava no consciente dos trabalhadores. Entretanto, é possível que essa relação exista no subconsciente das pessoas, por isso a maleabilidade nas respostas. É possível observar um choque entre a maleabilidade das respostas dos entrevistados com a rigorosa delimitação da Câmara Municipal de Lisboa, ambos possivelmente causados pela mesma evidência – o antigo nome da Rua da Escola Politécnica.

A noção de “herança” é um tema que permeia o tópico. As lojas do presente são “herdeiras” dos estabelecimentos anteriores e da RFSA. O restaurante de Manuel, por exemplo, tem como decoração azulejos herdados de um antepassado do seu restaurante operante no século XIX – segundo o próprio Manuel. Entretanto, o lojista ignora que esses azulejos são decorações que, provavelmente, foram produzidas pela RFSA, um fato apontado por Rosângela retornar para seu estabelecimento. O lugar reservado à RFSA como “herança” dos antigos estabelecimentos é confuso. Ao mesmo tempo que alguns testemunhos a colocam como o estabelecimento “primordial” numa lista de sucessíveis lojas, outros ignoram a instituição e o passado do complexo. Luiz, um empregado de mesa do Bangladesh com 30 anos, não se recordava – ou desconhece – do estabelecimento anterior ao restaurante, muito menos da RFSA.

Além da indefinição do complexo, é possível notar um desconhecimento dos lojistas entrevistados da história da RFSA. Isso se traduz numa hesitação ao responder às perguntas ou comentar sobre o assunto, um “tabo da ignorância”. Tomemos o exemplo de Josefa, uma livreira brasileira por volta dos seus 35 anos que trabalhava num alfarrabista. Quando indagada se conhecia a RFSA, ela afirmou haver lido sobre o complexo num livro – mas que não se lembrava o título. Perguntada sobre o que o complexo produzia, Josefa respondeu que “produtos, né? Não sei”. Após lhe ter feito essa pergunta, Josefa indaga se eu poderia dar-lhe as “respostas corretas”. O testemunho de Josefa ecoa

outros testemunhos – ou a recusa de conceder entrevistas – indagando não uma falta de curiosidade, mas um medo de errar ou, sem querer, enganar o ouvinte.

Outra fala enquadrada igualmente no “tabo da ignorância”, ainda que expressa de outra forma, é a de Afonso, português de 50 anos e vendedor de uma concessionária de automóveis. Ao ser perguntado se conhecia a RFSA, o funcionário afirmou que “desde que comecei a trabalhar aqui há 30 anos, ninguém me havia feito essa pergunta”, respondendo que ele gostaria de ouvir sobre a história do complexo. Afonso associou a história do complexo à estranha forma do prédio. Em seguida, permitiu-me observar os resquícios do teto original da RFSA, que, segundo ele, foram protegidos graças à Câmara Municipal de Lisboa. A curiosidade contrasta com a “chatice” do facto, desabafa o comerciante, de ser “a única loja na Europa que tem que botar menos de 10 automóveis, pela lei, pois é património protegido”. O interessante dessa informação é o teto da instituição não é especialmente protegido por algum decreto, enquanto as outras lojas da concessionária em questão não atuam em património protegidos. A necessidade de expansão do estabelecimento é contrastada com a vontade de preservar os resquícios da RFSA. Ademais, a falta de clareza na proteção do prédio fez com que o lojista pensasse que havia proteções extras as partes do complexo, minando a modernização da concessionária. Afonso, mesmo curioso e possuindo conhecimento sobre o complexo e a proteção pela Câmara Municipal, hesitou em responder à pergunta e preferiu que eu lhe contasse a história – assumindo que ele não sabia sobre a RFSA e que eu possuía o conhecimento.

Os testemunhos sobre a história da RFSA exprimem uma narrativa com a mesma ideia básica – a de que o complexo existiu e, após um período, foi substituído pela configuração atual. Segundo Leonor, portuguesa de 60 anos e vendedora numa loja de candelabros, a RFSA era “estábulo da família real, antes do terramoto” e que “é uma pena que as pessoas não estudam a história, o prédio tem de ser valorizado, não aprendemos no secundário”. A vontade de valorizar o espaço e conhecer mais da RFSA está presente nos testemunhos de lojistas como Josefa e Leonor. Esse desejo de conhecimento – ainda que autocensurado pelo tabo da ignorância – sobre a RFSA e a sua história não depende da nacionalidade, idade, sexo ou formação profissional e académica dos indivíduos. Josefa e Leonor, cujo nascimento é separado por 25 anos e um oceano, valorizam a história RFSA, ainda que não saibam como estudar o assunto.

O testemunho de Leonor é um exemplo muito rico do tabo da ignorância, da inexactidão sobre RFSA e da sua “herança” seletiva: ao mesmo tempo que há uma relação entre o complexo (o estabelecimento-antepassado) e a loja de candelabros (a sua loja), para Leonor a conexão é nebulosa e imprecisa. O seu testemunho evoca a relação entre a coroa portuguesa e a RFSA, algo que, como observado na parte da história factual do complexo, se verifica. A RFSA foi impulsionada por D. João V, chegando a ser, durante o reinado de seu filho, propriedade da coroa e possuir o status de “Real”. Entretanto, ela não era “propriedade da família real”, como afirmado por Leonor. Ademais, a lojista não conseguiu apontar qual era o “rei” que criou os “estábulos”. Contrastando com a narrativa histórica, é possível observar que os personagens fundacionais (Goudin, D. João V e o Cardeal da Mota) foram mesclados numa figura indeterminada, mas com capacidade de criação; um “Rei construtor”. Essa inexactidão remonta à indefinição – agora não geográfica, mas histórica – da RFSA. O seu testemunho adiciona dois aspetos: o “estábulo”, uma função concreta do complexo, e o “terramoto” – um momento de divisão entre o

“passado arcaico” (pré-cataclismo) e o “passado recente” (pós-cataclismo). O terramoto funciona como uma divisão entre as temporalidades.

A fala da lojista não é a única a ser pautada pela indefinição. Sebastião, português de 60 anos e dono de um restaurante próximo da *A Chilena*, afirmou categoricamente que a RFSA foi construída antes do terramoto de “1765”, e que somente foi à falência cerca de 2 anos atrás, em 2023. O terramoto foi transplantado para a década seguinte, mas ainda representa a separação entre o passado “arcaico” (pré-terramoto) e o “passado” (pós-terramoto) de Lisboa. O testemunho revela que ecos da RFSA persistem na memória popular, o suficiente para afirmar que o complexo operou até recentemente. Ao contrário de Leonor, Sebastião nega que a RFSA foi afetada pelo cataclismo. Entretanto, o seu testemunho omite o papel da coroa e os agentes que estruturaram o complexo.

Ao entrar no estabelecimento cujo nome é “herdado” da Real Fábrica das Sedas e as Anexas, sou indicado pelos funcionários do restaurante que o maior conhecedor da “história do estabelecimento” é Henriques, português de 50 anos. Entretanto, o empregado afirma que não tem conhecimento sobre a RFSA ou de outras fábricas no local, afirmando que “isso tem muito tempo” e que “ninguém se importa” – mesmo que a arquitetura interior do seu estabelecimento seja, provavelmente, a mesma do prédio de Goudin do século XVIII. Segundo ele, a loja anterior ao restaurante era “dois talhos de judeus”. O estabelecimento de Henriques é um ponto curioso na carcaça, pois ele se tornou a referência da população. Josefina – ao ser perguntada onde estava a RFSA – afirmou que “talvez tenha sido no local do antigo restaurante”, depois se corrigiu, pois, se “todo o prédio é um único [complexo]”, logo a RFSA “era então em todas as lojas?”. A noção dos “talhos de judeus” é igualmente intrigante, ao apontar que a RFSA pode não ser o local imaginado como o “passado”, nem o “passado primordial” da loja, mas algo tão importante quanto o pavimento e a terra que suportam o estabelecimento – ignorados por funcionários como Henriques, mas cruciais para o seu funcionamento.

Sancho é um português com 30 anos que trabalha numa livraria no complexo. O lojista informou-me que, antes da livraria, existia uma Fábrica de Vidros que funcionou entre 1900 e 1960. Ao contrário do testemunho de Henriques, que não apresenta provas dos “talhos de judeus”, a livraria de Sancho é decorada com os materiais da loja-antepassada, desde uma pequena exposição na entrada até as estantes onde guardam os livros. A livraria faz questão de possuir uma sala reservada a passar um filme que conta a história da Fábrica de Vidros – ao mesmo tempo que ignora a RFSA. Há uma escolha deliberada em transformar a Fábrica de Vidros no passado “primordial” da loja, ao contrário da RFSA. Somente com as minhas perguntas é que Sancho se lembrou do complexo. A Fábrica de Vidros possui um papel semelhante ao terramoto, neste caso. Ambos são o “marco divisório” – entre o presente (a livraria) e o passado (a fábrica de vidros). Nesse caso, o papel da RFSA é o do “nada”, o passado ancestral; o mesmo que o piso que cobre o chão.

A Real Fábrica das Sedas e as Anexas não é ignorada de propósito por alguns lojistas, a ignorância do grupo não é sintoma de um esquecimento gerado pela sua falta de instrução. Os trabalhadores que testemunharam – e os que se recusaram a testemunhar – estavam em horário laboral e não podiam parar para pensar na história do prédio onde trabalham. O Património Industrial da RFSA foi instrumentalizado para servir ao comércio local como uma forma de “herança”, evocada somente em momentos de curiosidade dos clientes. Dessa forma, os testemunhos não podem ser considerados

evidências de um “esquecimento” da Real Fábrica das Sedas e as Anexas. Os entrevistados, na sua maioria, se recordaram de aspetos da RFSA – sua ligação com a coroa, seu ímpeto manufatureiro, sua fundação antes do terramoto. Entretanto, não as fazem de maneira factualmente correta: Leonor, ao afirmar que a coroa era dona da RFSA não corresponde ao fato de o complexo estar sob administração ou tutela régia; Sebastião está correto em assumir que a RFSA foi criada antes do terramoto, mas não especifica qual era a data da fundação e erra na data da falência; Josefa, mesmo após ler um livro que associou ao complexo onde está localizada a sua livraria, não se lembrou do que a RFSA produzia. Os donos de *A Chilena* não se esqueceram do complexo – ainda que o desconhecêssem – , mas reconheciam que havia uma instituição que unia os estabelecimentos da Rua da Escola Politécnica ao Largo do Rato. A falta de instrução e de conhecimento sobre a RFSA não se dá pela ignorância dessas pessoas, mas pela falta de presença do estabelecimento no imaginário popular. O complexo persiste em fragmentos, emaranhados por narrativas diferentes do passado e por cronologias difusas, marcados por “terramotos” ou “reis fundadores”. Ele tornou-se uma memória abstrata, substituída por memórias de instituições recentes que são herdeiras do complexo – a RFSA se tornou uma narrativa num mar de narrativas, efeito de uma falta de conhecimento rigoroso sobre o complexo.

As ‘nuances’ dos testemunhos – fatos históricos misturados com adivinhação – são explicadas pelas micronarrativas, vulgo a substituição do passado historiográfico por versões alternativas, pouco precisas e insuficientemente claras. Os estudos de memória permitem-nos uma visão na mente da memória coletiva e dos seus impactos nos indivíduos. Como explica Sarah Gensburger em sua releitura da teoria de Maurice Halbwachs, a memória é construída pela posição do indivíduo no espaço social e como o grupo reflete sobre o passado (Gensburger, 2019, p. 70). O ato de lembrar é, por si próprio, evocar uma narrativa baseada na realidade – não a própria realidade. O afastamento do factual gera a sua fragmentação e distorção, como observado nos testemunhos recolhidos.

O passado de natureza histórica, delimitado na primeira parte do artigo, é considerado “uma versão” do complexo, que coexiste com os “talhos dos judeus” ou os “estábulo da família real”. Com o passar do tempo, a mudança do complexo legou poucos aspetos da RFSA ao presente – o teto da Concessionária, a fachada do complexo, os azulejos no estacionamento, o estilo arquitetónico do restaurante. Concomitantemente, outras lojas começaram a habitar o local e deixar a sua marca no complexo. Como o legado da instituição não é protegido pela Câmara Municipal de Lisboa (somente parte da sua carcaça), a RFSA não é entendida como o passado fundacional de que todas as lojas são herdeiras, mas como um dos “múltiplos” passados do prédio. Os objetos que remontam ao complexo são descontextualizados pelos funcionários, contribuindo para a querela. Essa é a razão pela qual o desconhecimento em relação à RFSA não depende da idade, nacionalidade ou outros fatores identitários, nem tão pouco do estabelecimento e do seu tempo de funcionamento. O conhecimento sobre a RFSA depende da vontade de cada lojista de estudar sobre o complexo. Principalmente, ele depende da instituição que possui o dever de salvaguardá-la: a Câmara Municipal de Lisboa.

Retornando ao testemunho de Sebastião, o lojista afirmou que a RFSA existiu na Praça das Amoreiras até 2023. No prédio que indicou atualmente existe a fundação “Árpád Szenes – Vieira da Silva”, localizada ao lado da Rua do Pente. Ao lado da fundação, existe uma placa da Câmara Municipal de Lisboa. Essa placa é a única menção pública da

existência da RFSA em toda a região; ela serve como a única fonte de conhecimento da população geral sobre a Real Fábrica das Sedas e as Anexas e o único reconhecimento da sua existência. Como demonstra a imagem 4, a placa afirma que a Fundação utiliza o prédio da “Antiga Real Fábrica dos Tecidos de Seda, construída no século XVIII”.

Imagem 4 – Placa informativa da Câmara Municipal de Lisboa sobre a Fundação Arpad Szenes-Vieira da Silva. A passagem escrita sobre a RFSA diz que ela é “a antiga Real Fábrica dos Tecidos de Seda, construída no século XVIII”. A tradução em inglês afirma que o complexo é “an 18th century Building). Fonte: autor, 2025.



Como explicado na parte anterior, a instituição foi criada com o nome de Fábrica das Sedas, sendo na década de 50 do século XVIII que recebeu a alcunha de “Real” e criaram-se as Fábricas Anexas. O nome indicado pela Câmara Municipal de Lisboa nunca foi usado para se referir ao complexo. Caso a placa estiver se referindo a uma das Fábricas Privadas, a data de criação está errada, dado que a RFSA foi à falência em 1833 – logo é impossível uma Fábrica Privada ter utilizado o espólio liquidado antes a falência da RFSA. Verifica-se, então, que a instituição responsável por cuidar da memória e do património da RFSA ativamente contribui para a criação das micronarrativas que existem na região, sintoma agravado pelo sinal ser a única indicação da existência do complexo.

A placa é somente um sintoma – ainda que extremamente grave – do desinteresse em manter vivo o conhecimento do complexo. Ela é uma perversão da sexta recomendação da TICCIH, que dita que devem ser desenvolvidos “materiais pedagógicos específicos abordando o passado industrial” do Património Industrial (TICCIH, 2003). Valorizar a história da RFSA não é somente mostrar a importância de “um rei” ou de um local, mas é prestigiar a história de Lisboa e de Portugal, de seus trabalhadores e artesãos. Instituições como a Real Fábrica das Sedas e as Anexas são a chave para conectar o passado de Lisboa

com o seu presente. A placa corrobora na criação de memórias falsas e das narrativas que suplementam a história do complexo.

Verifica-se, então, que a Real Fábrica das Sedas e as Anexas é um fantasma que surgiu nos tempos anteriores ao terramoto. A sua funcionalidade, os seus fundadores, o seu legado são conhecidos de maneira abstrata e nebulosa. Enquanto a sua carcaça é modificada para servir o comércio local, a sua memória é desconstruída para valorizar outros estabelecimentos.

Conclusão

Na carcaça da Real Fábrica das Sedas e as Anexas novas histórias desenvolveram-se, em detrimento da história do complexo. A investigação, utilizando metodologias historiográficas e antropológicas, observou como a RFSA ocupa um local complexo na memória dos trabalhadores do Largo do Rato. Ao mesmo tempo que ela é lembrada imprecisamente pelo grupo, existem diversas e contraditórias micronarrativas que contam versões alternativas do seu passado, dificultando um entendimento preciso da sua história. Ademais, é possível observar que a carcaça do complexo agora abrange locais que estavam fora da fábrica, tornando a RFSA um fantasma amorfo na região. A redefinição da memória relativa ao complexo e dos processos de redefinição do seu espaço fragmentaram a veracidade histórica em múltiplas interpretações.

Enquanto no meio académico os estudos sobre a instituição esclarecem a confusão entre a RFSA e as Fábricas privadas, a população geral e a Câmara Municipal de Lisboa não conhecem a história factual da RFSA e confundem as instituições. O desinteresse público em manter viva a factual história do complexo acabou por desenvolver o tabo da ignorância e a indefinição das micronarrativas, sendo os “Talhos dos judeus” e “Estábulo da Família Real” alguns dos exemplos das micronarrativas observadas. Ao entenderem a RFSA como um passado “arcaico”, anterior ao terramoto, os lojistas desvalorizam o complexo e entendem-se herdeiros de outros estabelecimentos, posteriores ao complexo. A querela não é causada pelo movimento da Globalização, pela imigração em massa ou pelo desinteresse das novas gerações, mas sim pela desvalorização por parte da Câmara Municipal de Lisboa e dos estabelecimentos que ocupam o local.

Dada a situação complexa da RFSA na atualidade e a necessidade de dissipar as micronarrativas e o tabo da ignorância, gostaria de propor medidas de valorização da história e do património da RFSA. Como explicado, o complexo é classificado como “Imóvel de Interesse Público” desde 2002. Uma medida pertinente seria a sinalização da história da RFSA por meio de placas, como demonstra a imagem 4 – cujo conteúdo deve ser remediado para retratar corretamente a história do local –, com o intuito de informar os transeuntes da Rua da Escola Politécnica. Essas medidas podem popularizar a RFSA na mente da população portuguesa e trazer atenção aos turistas estrangeiros que passam pelo local.

A valorização do complexo da RFSA pode ser um caminho para divulgar a instituição que ajudou a popularizar a região, a cidade de Lisboa e Portugal. É necessário dissipar as micronarrativas que assombram a história e a carcaça da Real Fábrica das Sedas e as Anexas, eliminando o “já não sei” da população e da Câmara Municipal de Lisboa.

Siglas e Abreviações

RFSA – Real Fábrica das Sedas e as Anexas.

TICCIH – The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage (Comissão Internacional para a Conservação do Património Industrial).

Declaração de Interesse

O autor declara que não possui um conflito de interesses ou financiamento que podem ter influenciado a pesquisa presente nesse artigo.

Fontes Primárias

Bluteau, R. (1720). *Vocabulário Portuguez e latin*, vol IV. Lisboa: Officina de Pascoal da Sylva, Impressor de Sua Magestade.

Testemunho de Afonso, Mamede, Campo de Ourique (Lisboa), 19 abril de 2025.

Testemunhos de Carlos e Rosângela (donos do restaurante *A Chilena*), Largo do Rato, Campo de Ourique (Lisboa), 19 de abril, 17 de maio, 7 e 15 de junho de 2025.

Testemunho de Luiz, São Mamede (Lisboa), 19 abril de 2025.

Testemunho de Filipe, São Mamede (Lisboa), 19 abril de 2025.

Testemunho de Henriques, Rua Politécnica, São Mamede (Lisboa), 19 abril, 10 de maio e 7 de junho de 2025.

Testemunhos de Sancho, São Mamede (Lisboa), 19 de abril e 10 de maio de 2025.

Testemunho de Josefa, São Mamede (Lisboa), 19 abril, 7 e 10 de maio e 17 de junho de 2025.

Testemunho de Leonor, São Mamede (Lisboa), 19 abril de 2025.

Testemunho de Manuel, Rua Politécnica, São Mamede (Lisboa), 19 abril, 10 de maio e 7 de junho de 2025.

Testemunho de Maria, Largo do Rato, Campo de Ourique (Lisboa), 19 abril de 2025.

Testemunho de Sebastião, Largo do Rato, Campo de Ourique (Lisboa), 19 abril e 17 de maio de 2025.

Sousa, A. C. (1741). *História genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo VII. Lisboa Occidental: na Officina de Joseph Antonio da Sylva, impressor da Academia Real.

Bibliografia

Almeida Barata, J. (2025). “Real Fábrica das Sedas”, *eViterbo*. Lisboa: CHAM – Centro de Humanidades, FCSH, Universidade Nova de Lisboa, (2024). Consultado a 20 de maio de 2025.

Anderson, B. (2016). *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. London: Verso.

Assunção, A. P. (1997). *Fábrica de Loiça de Sacavém*, 2.^a ed. Lisboa: Edições Inapa.

- Axel, B. K. (ed.). (2002). *From the Margins: Historical Anthropology and Its Futures*. Duke University Press.
- Bessa-Luís, A. (1990). *Sebastião José*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.
- Comaroff, J. & Comaroff, J. (2020). *Ethnography and the Historical Imagination*. New York: Routledge.
- De Nardi, S., Orange, H., High, S., & Koskinen-Koivisto, E., et al (Eds.). (2019). *The Routledge Handbook of Memory and Place* (1st ed.). Routledge.
- Duarte, C. & André, P. (2021). “Dinâmicas espaciais nas antigas estradas de acesso a Lisboa: o Largo do Rato e o Campo das Cebolas”. *VII Seminário de Investigação, Ensino e Difusão*, pp. 24-44.
- Custódio, J. (1994). “Fábrica das sedas do Rato”. Em Santana, F. & Sucena, E. *Dicionário da História de Lisboa*. Lisboa: Carlos Quintas, pp. 372-374.
- Falcon, F. & Rodrigues, C. (2015). *A “Época Pombalina” no Mundo Luso-Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Hartog, F. (2021). *Regimes de Historicidade: Presentismo e Experiências do Tempo*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Monteiro, J. P. (2007). “O Brasil como destino da cerâmica da Real Fábrica de Louça”. Em *Convergência Lusitana*, 21 (24), pp. 225-243.
- Nora, P. (1989). Between Memory and History: Les Lieux de Mémoire. Em *Representations* (26), pp. 7-24.
- Nora, P. (1992). *Les Lieux de Mémoire*, 3 tomes. Paris: Gallimard.
- Laim, L. (2005). *História Económica de Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Laney, C. e Loftus, E. F. (2010). False Memory. Em *Cambridge handbook of forensic psychology*, pp. 187-194.
- Lefebvre, H. (1991). *The Production of Space*. Oxford: Blackwell Publishing.
- Lopes, C. S. (2004). *Estudos de História da Cerâmica*. Porto: Gabinete de Estudos da Universidade Católica Portuguesa.
- Mangucci, A. C. (2017). *Um Novo Padrão: A real Fábrica-Escola de Louça do Rato*. Exposição Museu de Lisboa.
- Malinowski, B. (2021). *Argonautas do Pacífico Ocidental* 3ª ed. São Paulo: Ubu Editora.
- Maxwell, K. (1995). *Pombal: Paradox of the Enlightenment*. Cambridge University Press.
- Meco, J. (1984). *A Faiança do Rato na colecção Artur Maldonado Freitas*. Caldas da Rainha: Museu de Cerâmica.
- Orange, H. (Ed.) (2015). *Reanimating Industrial Spaces. Conducting Memory Work in Post-industrial Societies*. Left Coast Press, Inc.
- Queirós, J. (1987). *Cerâmica portuguesa e outros estudos*. Lisboa: Presença.
- Rossa, W. (1981). *Além da Baixa, Indícios de Planeamento Urbano da Lisboa Setecentista*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, 1998.
- Sando, A. (1976). *Faiança Portuguesa, séculos XVIII-XIX*. Barcelos: Livraria Civilização.
- Santos, A. V. [s.d.]. “A Cerâmica em Portugal”. Em Barreira, J. (dir.). *Arte Portuguesa: As Artes Decorativas*. Lisboa: Excelsior, pp. 105-244.

- Santos, R. (1970). *Oito séculos de Arte portuguesa: história e espírito*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade.
- Soura, F. (2006). *História da Indústria das Sedas em Trás-os-Montes*. CEPSE / Edições Afrontamento.
- Sousa, N. (1985). “O Largo do Rato, placa distributiva de Lisboa, espaço de vários espaços”. Em *Arquipélago* – Revista da Universidade dos Açores. Ponta Delgada: Universidade dos Açores. Vol. 7, n.º 2, pp. 72.
- Smith, R. (1968). *The Art of Portugal*. New York: Meredith Press.
- The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage (TICCIH) (2003) – *Carta de Nizhny Tagil para o Património Industrial*. [online] 2003 [Consultado 12 de setembro de 2025]. Disponível em <https://ticcih.org/wpcontent/uploads/2013/04/NTagilPortuguese.pdf>.
- Viejo-Rose, D. (2015). “Cultural heritage and memory: untangling the ties that bind.” Em *Culture & History Digital Journal*, 4(2): e018.

